

"Nunca foi tão grande e tão insopitável o desejo de dar-mos as mãos": o desenvolvimentismo e a aproximação entre Brasil e Argentina no final dos anos 1950.

Leonardo da Rocha Botega¹

RESUMO:

No final dos anos 1950, Brasil e Argentina iniciaram um período de aproximação único na história das relações entre os dois países, drasticamente interrompido pelo golpe civil-militar contra o governo Arturo Frondizi, em 1962, e definitivamente estancado com o golpe civil-militar brasileiro em 1964. Os governos Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi tinham em comum uma proposta de desenvolvimentismo de novo tipo, Esta identificação programática foi essencial para a aproximação entre Brasil e Argentina, demonstrada no apoio dado pelo governo argentino à iniciativa da Operação Pan-Americana lançada pelo presidente Kubitschek, em 1958, as críticas aos limites do Plano Eisenhower e a posição contrária à adoção de sanções econômicas e medidas coercitivas contra Cuba propostas pelos EUA.

Palavras Chaves: governo Juscelino Kubitschek; governo Arturo Frondizi; política externa desenvolvimentista.

A história das relações exteriores de Brasil e Argentina pode ser definida como um processo marcado pela tensão entre os momentos onde vigoraram projetos autônomos de inserção internacional e outros momentos em que vigoraram projetos de simples adesão às potências hegemônicas. Ao mesmo tempo, as relações entre os países também oscilaram entre momentos de aproximação e de rivalidade. A partir desta constatação podemos afirmar a luz da história que os momentos em que Brasil e Argentina buscaram um projeto autônomo de inserção internacional foram os mais propícios para a aproximação. É o que se verifica entre os anos de 1958 e 1962, quando os governos de ambos os países convergiram no que diz respeito aos principais temas da política internacional.

Ao longo deste período, os governos de Brasil e Argentina definiram a superação do subdesenvolvimento como a principal meta de suas políticas. Tanto o presidente argentino Arturo Frondizi, como os presidentes brasileiros, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, em diferentes graus, destacavam um importante papel nas

¹ Professor de Educação Básica, Técnica e Tecnológica da UFSM. Mestre em Integração Latino-Americana pela UFSM. Doutorando em História pela UFRGS.

relações com o país vizinho, vistas como um dos pilares da expansão comercial, bem como, uma forma de fortalecimento da inserção dos seus respectivos países no cenário internacional. Assim, a aproximação era vista não somente pela ótica da integração, mas também, como estratégia nacional.

Esta aproximação tem como ponto de partida o ano de 1958, quando Brasil e Argentina optam pelo abandono das políticas externas de alinhamento automático com os Estados Unidos e a construção de um paradigma mais autônomo para as suas relações internacionais. Dois fatores foram significativos para este início de aproximação. De um lado, as mudanças ocorridas no cenário internacional. De outro lado, as mudanças ocorridas na própria política adotada pelos países com a eleição de Arturo Frondizi para presidente da Argentina e os novos rumos da política externa do governo de Juscelino Kubitschek no Brasil.

No plano internacional, podemos destacar o indicativo de uma tendência de acomodação das áreas de influência soviética e norte-americana a partir da definição de “coexistência pacífica” entre os Blocos. Abria-se uma nova fase na Guerra Fria, onde o caminho da negociação parecia ter levado a superação da hipótese de um iminente enfrentamento entre as duas grandes potências. Do lado da URSS, a “morte de Stalin, aliada a autoconfiança permitida pela arma nuclear, levou Moscou a acomodar-se com a possibilidade de uma coexistência pacífica entre os dois mundos” (SEITENFUS, 2004, p.57). Os Estados Unidos, por outro lado, pareciam ter arquivado a teoria da guerra preventiva e reconhecido a existência de uma área de influência soviética, principalmente, devido à neutralidade demonstrada no caso da Invasão da Hungria por tropas soviéticas em 1956.

Ao mesmo tempo, a solidez dos Blocos construídos no imediato pós-guerra começava a ser contestada em seu próprio interior. No campo soviético, conforme Hobsbawn, o “desmoronamento político começou com a morte de Stalin, em 1953, mas sobretudo com os ataques oficiais à era stalinista em geral e, mais cautelosamente, ao próprio Stalin, no XX Congresso do PCUS, em 1956” (HOBSBAWN, 1995, p. 387). A

repercussão do discurso de Krushev, denunciando os crimes do stalinismo e anunciando o revisionismo da nova orientação política da União Soviética, foi intensa. Logo surgiram no leste europeu as primeiras dissidências e tentativas de autonomia em relação à liderança soviética. Na Polônia, Moscou acabou aceitando pacificamente uma liderança comunista reformista. Já na Hungria uma revolução acabou estourando e constituiu-se um novo governo sob a liderança de outro reformador comunista, Imre Nagy, que anunciou o fim do sistema unipartidário, a retirada do país do Pacto de Varsóvia e o seu futuro neutralismo. Em novembro de 1956 as tropas soviéticas invadem a Hungria e terminam com a dissidência.

Dentro desse contexto, a dissidência mais significativa no Bloco Socialista ocorreu com a ruptura da China com a URSS. Os chineses estabeleceram um governo socialista, sob a liderança de Mao-Tse Tung, em 1949. Mesmo aliados dos soviéticos, os chineses tinham o seu próprio caminho revolucionário “e Stalin, realista, teve o cuidado de não forçar as relações com o gigantesco partido irmão oriental efetivamente independente” (HOBBSAWN, 1995, p.386). Nikita Krushev, por sua vez, acabou forçando-as ao tentar enquadrar os comunistas chineses na doutrina da “coexistência pacífica”, negando-se a comunicar-lhes o segredo da bomba atômica. Os chineses lembraram as lideranças soviéticas que a sua revolução não devia quase nada a estes e passaram a retomar os debates sobre os territórios contestados nas fronteiras entre os dois países rejeitando os tratados impostos pela Rússia czarista no século XIX. Conforme Delmas, “a China só podia ver na coexistência pacífica um freio às suas ambições, coexistência que, ademais, ela condenava por razões ideológicas” (DELMAS, 1979, p.93). O maoísmo condenava qualquer possibilidade de construção do socialismo conjuntamente com o capitalismo.

No campo ocidental, as buscas de autonomia foram em menor grau, porém, não deixaram de ter um papel significativo. Na França, o presidente Charles De Gaulle postulava uma posição de independência nacional dentro do bloco capitalista. Esta independência nacional estaria ligada ao uma defesa também nacional. Foi a partir desta formulação que “recusou o princípio de integração que devia presidir a organização das

forças da OTAN, e foi com a esperança de desempenhar um papel mundial que quis colocar a França fora de uma aliança que lhe parecia ser um sistema de dependências” (DELMAS, 1979, p.90). Ao mesmo tempo o Japão, iniciando a sua recuperação econômica, buscava termos de cooperação mais positivas com os Estados Unidos. Por sua vez, a Europa Ocidental, dando sinais de recuperação, buscava na integração econômica um caminho autônomo de desenvolvimento. Em 1951, era estabelecida a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Porém, o passo mais significativo foi dado em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma e a criação da Comunidade Econômica Européia – CEE, visando à formação de um bloco regional com tarifas comuns, numa reação as negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, em 1947, que tinha como função impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, regulando, provisoriamente, as relações comerciais internacionais. Constituíram a CEE naquele momento: a República Federativa da Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo. Estes três últimos já constituíam um experiência de integração com o Benelux. (CARBAUGH, 2004, p.295).

Como podemos ver a busca de uma posição mais autônoma dentro dos blocos era uma realidade na segunda metade da década de 1950. Mas, a grande novidade surgiria da Conferência de Bandung, Indonésia, em 1955. Este encontro teve um enorme significado para o movimento anticolonialista afro-asiático, representando ao mesmo tempo a emergência do Terceiro Mundo² e da posição de neutralismo no cenário da Guerra Fria. Era o reflexo da ascensão do nacionalismo anti-imperialista com Nehru na Índia, Nasser no Egito e Suharto na Indonésia. Participaram da Conferência 29 Estados, representando 1,5 bilhões de pessoas, 55% da população mundial, que tinham somente 8% da renda mundial (SEITENFUS, 2004, p.45). A partir deste momento alguns países passaram a assumir a posição de não alinhamento com qualquer um dos blocos, dando origem ao Movimento dos Países Não-Alinhados.

² “O termo Terceiro Mundo foi utilizado pela primeira vez como consequência da comparação da situação dos países pobres com a das classes que na França, antes da Revolução de 1789, constituíram o Terceiro Estado. Esta utilização foi feita por Alfred Sauvy e Georges Batado, franceses, em 1956, generalizando-se a partir de então”. VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990. P.7.

Desta forma, o contexto internacional abria brechas para uma recolocação das políticas exteriores de Brasil e Argentina. Porém, conforme Duroselle, “não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna” (DUROSELLE, 2000, p.57). No caso de Brasil e Argentina os aspectos da política interna tencionavam por uma redefinição para as políticas externas dos países.

No Brasil, o boom econômico do biênio 1956-1957 começava a dar claros sinais de enfraquecimento. A deterioração na balança de pagamentos esgotava as reservas das exportações. Conforme Skidmore, em “1957 o balanço de pagamentos apresentou um déficit de \$ 286 milhões em conta corrente, enquanto que os dados de 1955 e 1956 resultaram em uma conta corrente razoavelmente equilibrada” (SKIDMORE, 1982, p. 217). A constante deterioração dos termos de troca no comércio internacional contribuía em muito para tal fator. Também os preços internos começam a subir e indicavam um possível aumento do custo de vida para o ano de 1958, em contraposição ao ano de 1957, quanto este crescera 13% no Rio de Janeiro, o menor crescimento desde 1951. A urbanização, o êxodo rural e a tendência ao aumento acelerado da população brasileira, por sua vez, representavam uma mudança significativa no perfil da sociedade brasileira. Já o alargamento do mercado interno demandava o seu próprio incremento.

Estes dilemas internos colocavam em risco o projeto de industrialização acelerada do presidente Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, já não era tão fácil atrair os capitais estrangeiros fundamentais para o projeto desenvolvimentista de JK. Assim, o governo brasileiro retomou “uma ativa política externa de barganha face aos EUA, bem como um discurso diplomático de tom nacionalista” (VIZENTINI, 2004, p.98). O ponto de inflexão desta nova política externa brasileira ocorreu com a Operação Pan Americana.

Na Argentina, a eleição do presidente Arturo Frondizi representou o fim da hegemonia liberal conservadora. Porém, os limites do processo que conduziu a vitória do candidato da UCRI e os tensionamentos que marcaram a tentativa de golpe de não dar posse ao presidente eleito por parte do *gorillismo*, a extrema direita representaram

um desafio para o novo governo. Estes desafios se agravaram com a própria situação econômica do país, assim descrita por Albino Gómez:

- 1) *El crédito estaba totalmente agotado. El mercado de inversiones había trazado una cruz sobre la República Argentina en virtud de que los problemas del Ansec, Cade, Dinie y Bernberg carecían de solución de acuerdo a las leyes y a los convenios internacionales quebrantados. Nuestra deuda externa, que al 1º de mayo iba a alcanzar la suma de mil millones de dólares (unos cuatro mil millones de hoy), rebasaba el volumen del crédito aceptable, de aquellos tiempos, claro está;*
- 2) *El mantenimiento de la actividad de las empresas y los servicios requería un volumen de combustibles – especialmente petróleo – por un valor del orden de los 270 millones de dólares anuales, y la balanza de pagos acusaba un déficit progresivo, también por dos razones fundamentales:*
 - a) *Porque los saldos exportables eran cada día menores, en virtud del aumento del consumo interno por la mayor población, etc.;*
 - b) *Porque los precios de nuestros productos en el mercado mundial habían ido decayendo, año tras año a partir de 1951, mientras los precios de nuestras importaciones aumentaban también, año tras año. (GÓMEZ, 2004, p.52)*

Ao mesmo tempo, o poder de compra da classe trabalhadora era destruído pela inflação e pela perda do valor aquisitivo de seus salários e o aumento das indústrias de consumo requeria cada vez mais matérias primas e combustíveis. Para agravar a situação havia um verdadeiro muro que separava a Argentina dos centros de investimento. Desta forma, “*el país carecía de toda perspectiva de superar las dificultades naturales que le creaban una estructura económica renga y una situación financiera catastrófica*” (GÓMEZ, 2004, p.53).

Era necessário superar esta realidade. Para isso era fundamental um novo rumo para a política externa para a Argentina, um rumo que abrisse uma brecha para a entrada de capitais, gerando uma acelerada industrialização. A política de alinhamento automático adotada pela Revolução Libertadora demonstrou-se incapaz disso. Ao mesmo tempo, era necessário retomar os pontos de vistas positivos da Terceira Posição adotada pelo peronismo. Assim, Frondizi inauguraria a sua forma de Política Externa Independente.

Estas mudanças nas políticas externas propiciaram uma nova aproximação entre os dois países iniciada com a visita do, ainda não empossado, presidente eleito da Argentina, Arturo Frondizi, ao Brasil em janeiro de 1958. A visita se deu entre os dias 8 e 11 de abril, a convite do presidente Juscelino Kubitschek e foi cheia de homenagens, entre estas podemos destacar as que foram feitas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Além da capital, Rio de Janeiro, Frondizi esteve também em São Paulo. Significativos foram os discursos pronunciados pelos presidentes em almoço realizado no Palácio do Itamarati, onde pronunciaram “uma fase mais dinâmica e mais fecunda nas relações políticas e econômicas entre os dois países”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p.225).

Alguns trechos do discurso do presidente Juscelino Kubitschek demonstram o emergir de uma nova etapa nas relações entre Brasil e Argentina:

(...) A nossa fraternidade que a vizinhança explica e que tantas afinidades naturais tornam evidentes (...) é um sentimento novo, que anuncia, uma hora inaugural do convívio dos dois povos, um sentimento mais vivo, um desejo de compreensão mais profundo, que torna extremamente tocante o momento que vivemos. (...) hoje, precisamente neste instante em que lhe dirijo, Sr. Presidente Frondizi esta saudação, há de fato entro o seu e o meu país um elo a mais, um entendimento mais profundo, um fervor bem maior do que houve em qualquer outro tempo. (...) a Argentina e o Brasil, uma em face do outro, não se sentem mais os mesmos.

Nasceu neste momento da nossa existência um desejo mais profundo, uma aspiração mais generosa ainda do que a antiga que presidiu às nossas boas e tradicionais relações. Somos como dois irmãos que se reconhecem melhor que se sentem mais solidários depois que amadureceram, que conheceram perigos, que tiveram de passar por sofrimentos que mais humanizam e elevam os povos do que todas as prosperidades fáceis. Não somos mais simples países jovens, que disputam alegremente o privilégio da vida fácil e da fácil prosperidade. A Argentina e o Brasil conheceram horas difíceis e conhecem-na ainda: tiveram que lutar pela sua sobrevivência e combater a favor da democracia, ameaçada até mesmo pelas forças ainda obscuras da própria democracia; foram obrigados a reconhecer, com humildade, as suas limitações; perderam, o que é um sinal de cultura – a confiança excessiva na sua própria intangibilidade e, hoje, apresentam-se revigorados e renovados, mas bem, mais conscientes, animados por uma esperança capaz de enfrentar as muitas razões de temer e descreer, que a atual conjuntura oferece.

(...) Peço-lhe, presidente Frondizi, que deste encontro (...) levar V.Exa. a certeza de que tudo o que acontece em seu nobre país é acompanhado com o maior e o mais cordial interesse pelo Brasil; que consideramos o progresso,

os êxitos, as vitórias da nação Argentina como os de um membro muito e muito próximo da nossa família. Creia que o Brasil se orgulha muito da Nação-irmã Argentina e sofre com os seus sofrimentos e vive as suas horas difíceis com um sentimento de sincera e total solidariedade. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p.226-230)

Como podemos ver, o presidente Juscelino Kubistchek buscou naquilo que era comum a Brasil e Argentina a justificativa o “sentimento novo” de proximidade dos dois países. A mesma direção será tomada pelo presidente Arturo Frondizi quando de seu discurso:

Os argentinos muito têm em comum com o Brasil: a raça, a história, a religião, as instituições. Inspiram-nos idênticos ideais de realização nacional, de progresso social e de respeito pelo ser humano. Sentimos como se fossem nossos os esforços que o Brasil realiza no campo da técnica, da ciência ou da cultura, é um triunfo também nosso, um triunfo americano. Como o Brasil, o povo argentino considera que as pessoas e os direitos humanos são sagrados.

(...) Sabemos que do outro lado das nossas fronteiras não está um inimigo que nos vai atacar, mas sim um irmão que nos proteja os flancos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p. 230-237)

Um ponto interessante nos referidos discursos foi o destaque dado por ambos os presidentes não somente para a aproximação dos dois países, mas sim, para a própria integração latino-americana. Neste caso, o presidente Juscelino Kubitschek destacou a necessidade de integração relacionado-a com a recente construção da Comunidade Econômica Europeia:

Sabemos que só temos um único caminho a fim de tornarmo-nos poderosos e darmos estabilidade e segurança às nossas nações: este caminho é o de unirmo-nos fortemente, em medidas práticas e corajosas, e não apenas através de palavras belas, mas desacompanhadas de qualquer ação correspondente. (...) Nos tempos atuais, estão-se formando e se agrupando famílias de países com afinidades geográficas visando a exploração de zonas de comércio amplificadas graças a entendimentos lógicos. Já chegou a hora – Sr. Presidente eleito da República Argentina – de prestarmos detida

atenção a essas lições que povos experientes e antigos nos estão proporcionando, a fim de agirmos em consequência.

(...) nunca foi tão grande e tão insopitável o desejo de dar-mos as mãos, de caminharmos juntos, de fazermos uma só política no interesse de nós todos, países sul-americanos, que necessitamos e temos o direito de maior segurança e de melhor vida para nossos povos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p.226-230)

O presidente Arturo Frondizi, por sua vez, partiu da crítica a estrutura econômica da América Latina para montar uma proposição com teor mais estratégico, e menos tático-defensivo, da integração latino-americana, tema que mereceu um maior destaque em seu discurso:

(...) Os países da América Latina defrontam-se com difíceis circunstâncias econômicas. Padecem de uma estrutura baseada na exportação de matérias-primas, que encontra o mercado mundial restritivo, ao mesmo tempo, que as importações de produtos manufaturados são cada vez mais custosas. (...) o esquema econômico sobre a qual foram traçadas as estruturas básicas de nossos respectivos países carece de vigência. (...) A era atual é de profunda transformação econômica e se quisermos subsistir e crescer como grandes nações teremos que nos colocar dentro da História que marcha decisiva e claramente no sentido do triunfo de ciência, da técnica e do progresso social. Os países da América Latina podem enfrentar esta prova. Estamos em condições de imprimir um enérgico impulso ao nosso desenvolvimento econômico que reclama uma integração da agricultura, da mineração e da indústria. Estes países têm enormes reservas energéticas, em forma de carvão, petróleo e quedas de água; têm matérias-primas; têm técnicos e trabalhadores capazes, homens de negócios progressistas. Pode chegar a haver uma siderurgia sul-americana, se conjugarmos nossos esforços e nos propusermos a essa meta comum. Se foram erigidos grandes centros industriais do mundo em países que devem importar matérias-primas como não havemos nós de poder construir nossos centros industriais, quando contamos com todos os recursos e não necessitamos depender de provisões do exterior. (...) Que esperamos portanto nós, sul-americanos, para produzir as manufaturas, os tecidos, os produtos alimentícios que agora somos obrigados a importar a troco de uma produção eivada de inevitáveis crises? Esta perspectiva concita-nos a uma tarefa conjunta. Não se trata somente de fomentar o intercâmbio entre as Nações latino-americanas. Trata-se de projetar uma política econômica comum que permita defender nosso futuro. (...) A prosperidade de cada uma de nossas Nações estará ligada à prosperidade das demais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p.230-237)

Com estas palavras o presidente argentino estava propondo a formação de um mercado comum sul-americano a partir do modelo *desarrollista* que começaria a implantar em seu país alguns meses depois. Este modelo, uma variação do desenvolvimentismo que o governo JK estava implementando no Brasil, buscava uma aceleração da industrialização como forma de superação da economia agroexportadora em decadência devido à deterioração dos termos de troca.

A proximidade entre o *desarrollismo* frondizista e o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, em termos de política externa se fez mostrar no apoio imediato da Argentina a Operação Pan Americana lançada pelo presidente brasileiro em junho de 1958. O cerne a proposta da Operação Pan-Americana consistia em “chamar todos os países do continente para que colaborassem efetivamente na execução, na concretização, dos ideais e dos princípios pan-americanos” (SOUZA E SILVA, 1960, p.46), partindo da “tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os países atrasados”. (CERVO, 2002, p. 290). Essa ideia de que somente o desenvolvimento poderia livrar os países latino-americanos da instabilidade política era comum a concepção dos presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi. Fruto da Operação Pan-Americana foram à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e à assinatura em 28 de fevereiro de 1960 do Tratado de Montevideu por Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Paraguai, Uruguai e, posteriormente, Bolívia que determinou a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, a ALALC.

Neste mesmo contexto, um novo dilema surgia nas relações latino-americanas a partir da tomada do poder em Cuba por Fidel Castro. As medidas nacionalizantes do governo revolucionário fizeram com que governo do presidente norte-americano Dwight Eisenhower transforma-se em objetivo número um de sua política externa para a América Latina a desestabilização do novo regime instalado em Cuba. A partir dessa tática o governo norte-americano tentava colocar os conflitos com Cuba nos marcos da

Organização dos Estados Americanos, tendo impor a um conflito bilateral uma dimensão de conflito continental.

A primeira oportunidade surgiu com as VI e VII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas realizadas na Costa Rica, entre 16 e 29 de agosto de 1960, sendo a VI Reunião entre 16 e 21 de agosto e a VII Reunião entre 22 e 29 de agosto.³ A VI Reunião fora convocada por iniciativa do representante da Venezuela a fim de considerar os atos de intervenção e de agressão do governo da República Dominicana contra o governo da Venezuela, que resultaram em atentado contra o presidente venezuelano Rómulo Betancourt. Já a VII Reunião, convocada por solicitação do governo do Peru, tinha em sua agenda quatro pontos: o Fortalecimento de solidariedade continental e do sistema interamericano, especialmente antes as ameaças de intervenção extracontinental que possam afetá-los; a cooperação interamericana, de acordo com os princípios e normas consagradas na Carta da Organização dos Estados Americanos, para a defesa das instituições democráticas americanas contra as atividades subversivas de qualquer organização, governo, ou de seus agentes, dirigidas contras as referidas instituições; o estudo dos fatores econômicos e sociais que causam a instabilidade política no Hemisfério e intensificação de ação coletiva para promover a elevação do nível de vida nas zonas subdesenvolvidas da América; e o estudo das tensões internacionais existentes na região do Caribe para assegurar a harmonia, a unidade e a paz da América.

A VI Reunião acabou condenando a participação do governo da República Dominicana nos atos de agressão e intervenção contra a Venezuela, aplicando, para constrangimento do governo norte-americano que apoiava o ditador Trujillo. Como consequência da condenação foi rompida as relações diplomáticas entre os países

³ A síntese e a resolução da VI Reunião de Consulta encontram-se em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sexta Reunião de Consulta. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960. P. 138-141. Já a síntese e a resolução da VII Reunião de Consulta encontram-se em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sétima Reunião de Consulta. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960. P. 141-144.

membros da OEA e a República Dominicana, bem como, a suspensão imediata do comércio de armas e material de guerra de todo gênero com este país. Por sua vez, a VII Reunião acabou sendo mais tensa, pois, o governo dos Estados Unidos, na figura do novo Secretário de Estado, Christian Herter, buscava a adoção de sanções econômicas e de medidas coercitivas ao governo de Cuba. Na ocasião a CIA já havia introduzido na ilha grupos paramilitares para promover guerrilhas e atos de sabotagem contra o governo revolucionário. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.229)

As fortes oposições dos países mais significativos da América Latina como México, Argentina e Brasil, que identificavam o conflito como um conflito bilateral e não multilateral, propondo a construção de uma Comissão de Intermediação brecou as intenções de Christian Herter. Dessa forma, a VII Reunião de Consulta terminou com a adoção de uma resolução que ao mesmo tempo em que condenava “a intervenção ou ameaça de intervenção, mesmo condicional de uma potência extracontinental em assuntos das Repúblicas Americanas”, numa referência a possibilidade de apoio da URSS a Cuba, e reafirmava “que o sistema interamericano é incompatível com toda forma de totalitarismo”, também reafirmava “o princípio de não-intervenção de um Estado americano nos assuntos internos e externos dos demais Estados americanos”, sobretudo, com a posição de que “nenhum Estado americano pode intervir em outro Estado americano com o propósito de impor-lhe suas ideologias ou princípios políticos, econômicos e sociais” (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1960 (b), p.142). Dessa forma, mesmo sendo aprovada por 19 votos a 0, com a abstenção da delegação do México e a retirada em protesto da delegação de Cuba, chefiada pelo chanceler Raul Roa, “a Declaração de San José não correspondeu as esperanças da administração Eisenhower”.(MONIZ BANDEIRA, 1998, p.241)

Outro ponto de aproximação entre os governos Kubitschek e Frondizi no plano latino-americano foram às críticas que estes fizeram ao Plano Eisenhower, outra tentativa de conter a influência da Revolução Cubana na América Latina. Tal plano consistia em um projeto administrado pelo Banco Interamericano de

Desenvolvimento, onde os Estados Unidos fortaleceria a infraestrutura social da região, provendo 500 milhões de dólares para projetos de saúde, educação, habitação e reforma agrária. Estes recursos seriam oriundos, em sua maioria, de capitais privados, sendo alocados no Fundo para o Progresso Social.

Conforme Escudé e Cisnero (2000),

Tanto Frondizi como Kubitschek sin embargo se mostraron escéptico frente al programa de ayuda propuesto por Eisenhower. Ambos era partidarios de que os Estados Unidos generara le crecimiento económico en el hemisferio mediante fuertes envíos de capital - Kubitschek hablaba de 30 a 40.000 millones. Los presidentes sudamericanos coincidían en que el fondo de la cuestión residía en el subdesarrollo, no en Castro. El crecimiento económico producido por grandes obras públicas crearía fuentes de trabajo, solucionaría las inequidades sociales y salvaría a la región del comunismo. Pero, estos enfoques no influyeron en Washington. El nuevo secretario de Estado Christian Herter se quejaba que los brasileños nunca habían presentados proyectos específicos y que lo que éstos pretendían eran millones de dólares para gastar a su antojo. Aparentemente la percepción sería la misma respecto de Frondizi.

A esta crítica se somaram outros presidentes de países latino-americanos, como o presidente venezuelano Rómulo Betancourt, demonstrando que este era um momento em que os países latino-americanos estavam dispostos a seguir um caminho de ruptura com o subdesenvolvimento, tendo por base a busca de uma maior autonomia política.

Apesar desta aproximação algumas diferenças marcavam as políticas externas de Kubitschek e Frondizi. Enquanto o presidente brasileiro desenvolveu uma concepção pragmática, com uma feição mais economicista, ao molde da barganha nacionalista, o presidente Frondizi esboçava alguns conceitos básicos de uma Política Externa Independente. Tais diferenças já podiam ser verificadas nos discursos proferidos no Palácio do Itamarati, sobretudo, quando o presidente argentino, tratando ainda da integração sul-americana, afirma que esta “ação conjunta deve estimular todos os fatores de progresso e não somente os de natureza econômica”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p.234).

Estas diferenças se tornam mais evidente quando o presidente Frondizi afirma o princípio de soberania dos povos latino-americanos:

Na comunidade das Nações, a comunidade latino-americana tem um sentido histórico e cultural. Seus povos e seus dirigentes afirmam a soberania de seus países. Têm consciência plena de que como Nações livres e independentes estão colocadas no mesmo pé de igualdade, no referente a seus direitos e responsabilidades, que as maiores potências do mundo. Em virtude desta consciência nossos povos não aceitam intervenções em sua vida política e social. Essa consciência nacional e característica própria de cada um dos nossos países mas que se integra no conjunto da comunidade latino-americana e forma parte de uma consciência continental americana, sem mentores e sem tutorias de uma Nação sobre outra. Nossos povos querem definir por eles mesmos seu próprio caminho, bem como os passos que darão em seus respectivos processos nacionais e internacionais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p.235)

Assim, em que pese os posicionamentos comuns adotados por Brasil e Argentina nas Reuniões de Consulta dos Chanceleres da Organização dos Estados Americanos na Costa Rica, em agosto de 1960, bem como, a crítica de ambos a falta de consistência do Plano Eisenhower, a política externa frondizista, mesmo tendo como centro o *desarrollismo*, possuía uma conotação mais ideológica que a de seu homônimo brasileiro.

Este fato a tornará mais próxima da Política Externa Independente adotada pelo Brasil a partir do governo de Jânio Quadros e que teve seguimento no governo do presidente João Goulart, tanto na fase parlamentarista e como na fase presidencialista com algumas variações conjunturais, quando estes governos tiveram que se deparar com uma maior radicalização política em seus contextos internos, bem como, no cenário latino-americano.⁴

Referências Bibliográficas:

⁴ Este tema foi por mim desenvolvido no livro: BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Quando a independência faz a união: Brasil, Argentina e a Questão Cubana (1959-1964)**. Porto Alegre-RS: Letra & Vida, 2013.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Quando a independência faz a união: Brasil, Argentina e a Questão Cubana (1959-1964)**. Porto Alegre-RS: Letra & Vida, 2013.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. P. 290.

DELMAS, Claude. **Armamentos nucleares e Guerra Fria**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ESCODÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés (Dir.). **Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas**. Tomo XIII: Las relaciones políticas, 1943-1966. Buenos Aires, 2000. Disponível via URL em: http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/historia_indice13.htm. Acesso em 16/04/2008.

GÓMEZ, Albino. **Arturo Frondizi: el último estadista**. La vigencia de un proyecto de desarrollo. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sétima Reunião de Consulta. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sexta Reunião de Consulta. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do presidente da nação argentina. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1958.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Relações Internacionais**. Barueri-SP: Manole, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. 7a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA E SILVA, Celso A. Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 3, n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1960. P. 46.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo:** conceito e história. São Paulo: Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964):** o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.